



Governamentalidade como Ferramenta Conceitual na Pesquisa de Políticas Educacionais

Olena Fimyar

RESUMO - Governamentalidade como Ferramenta Conceitual na Pesquisa de Políticas Educacionais. Este artigo trata da governamentalidade, como ferramenta conceitual, na pesquisa em Ciências Humanas; particularmente, em estudos sobre políticas educacionais. Examinam-se as principais definições de governamentalidade apresentada por Foucault (1991). Argumento que a governamentalidade não constitui um enquadramento teórico fechado, mas é operacionalizada como ferramenta analítica genérica. A percepção desigual de governamentalidade nos estudos educacionais é discutida na segunda parte do ensaio. Há uma clara lacuna no estudo das políticas educacionais em contextos não-liberais na perspectiva da governamentalidade. Usando a pesquisa de Tikly (2003), aplico o conceito de “governamentalidade emergente” para uma compreensão da elaboração de políticas, como tecnologias de governo na Ucrânia pós-comunista. As possibilidades e as limitações desta tentativa teórica são discutidas na parte final do ensaio.

Palavras-chave: Governamentalidade. Políticas educacionais. Educação comparada. Educação liberal. Educação pós-comunista.

ABSTRACT - Governmentality as a Conceptual Tool in Education Policy Research. This paper analyses governmentality as a conceptual tool in social science research; in particular, in education policy studies. I examine the main definitions of governmentality put by Foucault (1991). I argue that governmentality does not constitute a closed theoretical framework, but rather is operationalised as a generic analytical tool. The *uneven* perception of governmentality in education studies is discussed in the second part of the paper. There is a clear gap in the studies of education policy in illiberal contexts through the perspective of governmentality. Taking Tikly's (2003) research as a point of reference for my study in progress, I attempt to apply the concept of “emerging governmentality” to an understanding of policy-making, as technologies of government, in post-communist Ukraine. The possibilities and limitations of this theoretical endeavour are discussed in the final part of the paper.

Keywords: Governmentality. Educational policies. Comparative education. Liberal educational. Post-communist education.

Contextualização

A revisão crítica, apresentada a seguir, faz parte de um estudo de doutorado que examina a formação das políticas de avaliação da educação do nível médio num Estado pós-comunista, usando a Ucrânia como estudo de caso. Esta pesquisa concentra-se, portanto, no contexto nacional da elaboração de políticas, nas influências externas e nas suas agendas, na interação e no equilíbrio de forças entre esses fatores internos e externos e os discursos. Os fatores externos abrangem as forças da globalização combinadas à ideologia neoliberal, as agências educacionais e de doações internacionais, e os discursos educacionais globais, e os fatores internos são a falta de história democrática, as ambivalências das transformações pós-comunistas, o monopólio governamental sobre as elaborações das políticas, os discursos oficiais de europeização, de democratização e a construção do Estado e da Nação com o legado da mentalidade soviética. Em sua tentativa de compreender os desenvolvimentos das políticas na área das políticas de avaliação de 1999 a 2006, este estudo emprega o conceito de “governamentalidade emergente” (Foucault, 1991) e baseia-se na análise foucaultiana do discurso de documentos de políticas e em entrevistas semiestruturadas feitas com responsáveis pela elaboração de políticas, funcionários públicos e acadêmicos nacionais e com representantes de agências e organizações de doações educacionais internacionais.

Analítica da Governamentalidade: principais definições

Nos anos 90, os trabalhos de Michel Foucault provocaram enorme interesse interdisciplinar nas ciências sociopolíticas. *O Efeito Foucault* (usando o título de 1991 de Burchell et al.) influenciou diversos estudos de pesquisa sobre História, Psicologia, Criminologia, Política, Sociologia, Educação e Políticas Educacionais. Entretanto, durante a vida do filósofo, a sua tese foi mais considerada com ceticismo, falta de compreensão e incerteza (Gordon, 1991). Até hoje, a crescente importância dos trabalhos de Foucault na Sociologia da Educação vem primeiramente de suas implicações mais metodológicas do que teóricas, de amplas consequências para a genealogia e a análise do discurso. Na maioria dos estudos que gravitam em torno do pós-estruturalismo, Foucault frequentemente é apresentado como uma *autoridade metodológica*. Contudo, além da grande aceitação das idéias de Foucault, há leituras equivocadas e usos abusivos dos termos foucaultianos, principalmente os relacionados ao discurso (Soyland; Kendall, 1977).

A análise a seguir busca avaliar a significância teórica e as limitações do conceito de governamentalidade e sua percepção na sociologia das políticas educacionais. Antes de discutir as principais definições de governamentalidade, delinearei sucintamente as áreas de análise dos estudos de governamentalidade que, ultrapassando suas diversas fronteiras disciplinares e criando um discurs-

so *renovador*, habilita *interfertilizações proveitosas* das idéias e metodologias (Stenson, 1999, p. 49). Como primeiro sugeriu Foucault (1991), parece racional o uso da governamentalidade como ferramenta ou guia de enfoque de análise no elo entre as formas de governo e as racionalidades ou modos de pensamento (sobre o governar) que justifica, legitima e exercita o governo (Lemke, 2000). Os estudos de governamentalidade, inspirados pelos cursos de Foucault intitulados *Segurança, Território, População—1977-1978* e *O Nascimento da Biopolítica—1978-1979*, chamam atenção para as complexas relações entre o pensamento e o governo (Larner; Walters, 2004).

Os conceitos-chave da analítica de governo/governo¹ —isso é, estudos da governamentalidade— são *razão política* e *tecnologias de governança*. Enquanto a primeira expressão designa uma ideologia e um discurso que foi criado como resposta a problemas de determinado período político, a última relaciona-se com o nível instrumental e abarca os meios pelos quais determinadas políticas são projetadas e implementadas (Olssen, 2006). Os estudos de governamentalidade examinam também as relações entre as formas e as racionalidades de poder e os processos de *subjetivação* —formação de sujeitos/cidadãos governáveis— e *subjetificação* —formação da existência individual— (Foucault, 1991; Rose, 1999; Lemke, 2000), problematizando ou questionando determinados aspectos de quem pode governar, o que é governar, o que ou quem é governado e como isso é feito (Foucault, 1991, p. 103; Gordon, 1991, p. 2-3). Ainda assim, ao mesmo tempo esses estudos não são sociologias do regramento de uma determinada organização ou localidade, mas são estudos de “determinado ‘estrato’ do saber e do agir” (Rose, 1999, p. 19).

A analítica da governamentalidade examina as práticas de governo em suas complexas relações com as várias formas pelas quais a *verdade* é produzida nas esferas social, cultural e política. Portanto, o papel da analítica de governo é o de diagnóstico; o que Rose chama de “procurar uma relação crítica franca às estratégias de governo, com atenção a suas pressuposições, suas suposições, suas exclusões, suas ingenuidades, suas velhacarias, seus regimes de visão e seus pontos de cegueira” (Rose, 1999, p. 19). De maneira ainda mais importante, os estudos sobre a governamentalidade mostram que as práticas de governo poderiam ser feitas de modo diferente, livrando-se do caráter natural e inquestionável de tais práticas (Dean, 1999). Dessa forma, usar a governamentalidade como ferramenta conceitual implica problematizar os relatos aceitos normativamente do Estado e desconstruir suas várias práticas e elementos que o constituem e que são inconsistentes (Petersen et al., 1998, p. 8 apud Marston, 2002, p. 305).

Genealogia da Governamentalidade

Na literatura, dois significados gerais do termo governamentalidade estão presentes (Dean, 1999). O primeiro significado — às vezes mencionado como *a*

arte de governo— é mais geral, enquanto que o segundo é uma variante histórica específica do primeiro (Foucault, 1991). Em seu significado geral, a governamentalidade identifica uma abordagem no sentido do pensar sobre o Estado e as diferentes mentalidades de governo. Como sugerem os títulos das aulas no *Collège de France* (1977-1979), inicialmente Foucault estabelece a tarefa de redelinear a mudança no olhar governamental no início da Modernidade, nos Estados da Europa ocidental: *dos problemas do território para os problemas da população, da administração dos recursos para a administração do poder sobre a vida* (ou seja, o biopoder), *das ameaças exteriores ao Estado para os riscos internos que emergem em relação à população*.

Entretanto, ao longo daquele curso, essa gênese do poder sobre a vida foi ofuscada pela análise da governamentalidade liberal e, em consequência disso, “o último quase que inteiramente eclipsa o primeiro” (Senellart, 2007, p. 370). O que Foucault passa a analisar são os processos interdependentes nos quais, no decorrer das últimas centenas de anos, formas repressivas e centralizadas do poder do Estado exercidas pelo soberano evoluíram para formas mais descentralizadas e difusas (mas não necessariamente democratizadas) de poder, exercidas por miríades de instituições e pelos próprios sujeitos; a isso, Foucault denomina governamentalidade. A governamentalidade passa a existir como atividade distinta da arte de governo do Estado, o qual racionaliza seu exercício de poder, recorrendo a áreas das Ciências Humanas e Sociais que se tornam parte integrante do próprio Estado (Dean, 1999). Nas palavras de Foucault:

Passamos de uma arte de governar cujos princípios advinham de virtudes tradicionais (sabedoria, justiça, liberdade, respeito às leis divinas e aos costumes humanos) ou de habilidades comuns (prudência, decisões ponderadas, cuidado de acercar-se dos melhores conselheiros) a uma arte de governar que encontra no Estado os princípios de sua racionalidade e o âmbito específico de suas aplicações (Foucault, 2007, p. 364).

Ao fundir o governar (*gouverner*) e a mentalidade (*mentalité*) no neologismo *governamentalidade*, Foucault enfatiza a interdependência entre o exercício do governo (práticas) e as mentalidades que sustentam tais práticas. Em outras palavras, a governamentalidade pode ser descrita como o esforço de criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de *controle, normalização e moldagem* das condutas das pessoas. Portanto, a governamentalidade como conceito identifica a relação entre o governo do Estado (política) e o governo do eu (moralidade), a construção do sujeito (genealogia do sujeito) com a formação do Estado (genealogia do Estado) (Lemke, 2000, p. 2-3).

A genealogia da governamentalidade como *arte de governo*, segundo Foucault, deriva da constituição triangular *soberania-disciplina-governo* (Dean, 1999, p.102). O governo é aqui conceituado em seu significado geral de “conduta da conduta”, e não necessariamente em termos políticos,

como tendemos a entender governo nos dias de hoje. No decurso da história, por exemplo, o problema de governo foi analisado não nos textos políticos, mas nos tratados filosóficos, médicos, religiosos e pedagógicos (Lemke, 2000). Quanto a isto, três tipos fundamentais e interdependentes de governo - o governo de si, o governar a família e a regulamentação do Estado - deram origem às disciplinas da Moral, da Economia e da Política.

A Nova Governamentalidade (Liberal)

O segundo significado do termo *governamentalidade* ou *nova governamentalidade (liberal)* marca o surgimento de novos modos de pensar sobre como o poder é exercido em certas sociedades (Foucault, 1991, p. 102-104). As sociedades aqui discutidas são as da Europa Ocidental do século XVIII em diante, cujos governos adquirem características pré-liberais mais pronunciadas. Importante, no entanto, é o fato de que, nas novas modalidades de poder destas sociedades, a soberania do regente não desaparece, mas funde-se aos instrumentos especiais de polícia que eram imaginados no século XVI por garantirem a estabilidade interna do Estado (Foucault, 1991, p. 104). Historicamente, o problema de governo surgiu junto com os mecanismos de soberania, que significavam o processo em andamento da *governamentalização do Estado* (Foucault, 1991, p. 91; Dean, 1999, p. 102-106), que Rose define como invenção e reunião de todo um conjunto de tecnologias que compreendem os cálculos e estratégias dos poderes constitucionais, jurídicos, fiscais e organizacionais do Estado, numa tentativa de gerir a vida econômica, os hábitos sociais e a saúde da população (Rose, 1999, p. 18). Noutras palavras, a governamentalização do Estado criou a nova matriz de racionalidade que combinava a tecnologia diplomática militar - para tratar dos desafios externos -, a polícia - como um conjunto de instrumentos para assegurar o crescimento interno decorrente da ampliação do comércio e da circulação monetária - e, concomitantemente, a redefinição da *população* - como objeto de técnicas governamentais. Consequentemente, o surgimento da população como “*datum*, como campo de intervenção e como objetivo das técnicas governamentais”, ou, noutras palavras, uma *entidade* (distinta da família) a ser governada, ocasionou o isolamento da economia numa realidade específica e a economia política como disciplina e técnica de intervenção nessa realidade (Foucault, 1991, p. 100).

A origem e a evolução do significado contemporâneo da governamentalidade liberal deram-se junto com outras mutações do Estado, de seus poderes e de seus significados. Da mesma forma, historicamente o liberalismo foi pela primeira vez reunido como crítica de qualquer tipo de governo ou poderes de autoridade e mais tarde tornou-se a racionalidade do próprio governo, no entanto distinto das formas de governo anteriores ou posteriores (Gordon, 1991, p. 15; Dean, 1997). No Estado liberal, a população, o seu bem-estar, a

saúde e a eficiência são percebidos como objetivos do governo do próprio Estado. Com o propósito de governar adequadamente e garantir a otimização da população como a fonte do Estado, o governo precisa ser um governo econômico, tanto no que concerne ao uso dos recursos monetários quanto à forma de exercer o poder (Gordon, 1991, p. 3-8; Dean, 1999, p. 19). Consequentemente, o liberalismo como nova racionalidade governamental vê a “segurança” do desenvolvimento sócio-econômico da população como sua preocupação fundamental, pois a segurança da população é a base da prosperidade do Estado. Para atingir tais metas, o Estado liberal enquadra sua população nos aparatos de segurança — de um lado, o exército, a polícia e os serviços de inteligência; de outro, a educação, a saúde e o bem-estar.

Retomando a problemática da população, deve-se enfatizar que a descoberta da *população* levou à descoberta de um membro individual da população como ser vivo, trabalhador e social. O elo população-indivíduo introduziu um sentido um tanto paradoxal da vida como âmbito autônomo e como objeto de administração sistemática (Dean, 1999, p. 99). Esta forma de pensar deu origem ao *biopoder* (poder sobre a vida) e - o exercício desse poder como parte do governo - à *biopolítica*. A biopolítica é caracterizada pela intervenção administrativa designada a otimizar a saúde, a vida e a produtividade da população (Foucault, 1994). Noutras palavras, a biopolítica é um amplo terreno da política, acarretando a administração dos processos de vida da população, cujos âmbitos de influência são:

[as] condições sociais, culturais, ambientais, econômicas e geográficas de vida, procriação, doença, saúde ou morte dos seres humanos. Nesta perspectiva, a biopolítica refere-se à família, às questões habitacionais, às condições de vida e trabalho, ao que chamamos de ‘estilo de vida’, a questões de saúde pública, a padrões de migração, níveis de crescimento econômico e os padrões de vida. Refere-se à biosfera em que os seres humanos habitam (Dean, 1999, p. 99).

Com os propósitos de otimizar a administração da vida no âmbito populacional, a biopolítica divide-se em subgrupos — as crianças, a mão-de-obra, a terceira idade, empregados/desempregados, refugiados, criminosos, doentes, etc.— que ora contribuem para a prosperidade coletiva da população, ora a refreiam. As práticas divisoras da biopolítica buscam prevenir, sustentar ou eliminar certos grupos no interior da população. Foucault adverte-nos de tais práticas podem claramente levar ao racismo biopolítico ou ao racismo moderno do Estado por meio do qual a raça aparece como mecanismo de defesa da vida e bem-estar da população contra ameaças internas e externas. No modo liberal de governo, a operação ilimitada das normas de otimização da vida, isso é, os imperativos biopolíticos, pode ser reprimida por pelo menos duas outras dimensões da regra: economia e soberania, que possibilitam ao liberalismo o exercício da crítica (Foucault, 2007). Em contraste, nas governamentalidades não-liberais — autoritária, (pós-) colonial, (pós-) comu-

nista, socialismo nacional— é limitada, quando não inexistente, a restrição ao absolutismo biopolítico (Dean, 1999, p. 131).

As particularidades e as implicações da governamentalidade não-liberal são discutidas mais detalhadamente na terceira parte deste ensaio.

O liberalismo clássico – que, segundo Dean, num nível, é uma versão da biopolítica e, noutro, sua constante crítica – cria técnicas governamentais únicas, que são tanto individualizadoras quanto totalizadoras. Noutras palavras, o liberalismo torna-se *o governo de tudo e de todos*, mostrando preocupação com cada indivíduo e com a população como um todo. Essa linha de pensamento sobre o governo no nível do indivíduo requer o exercício de certo tipo de liberdade ou governo de si com o propósito de garantir a prosperidade individual e coletiva (Gordon, 1991, p. 19; Rose, 1999, p. 63). Noutras palavras, o Estado liberal governa através da liberdade e em nome da liberdade, embora o exercício dessa liberdade seja submissa àquilo que é considerado *normal* dentro da sociedade. Esse *paradoxo foucaultiano* Garland chama de crítico e revelador, ao explicar por que a escolha e a individualidade são hoje temas culturais intrusivos nas sociedades contemporâneas, com os *regimes de verdade* empresarial-consumistas (Garland, 1999, p. 29; Foucault, 1991).

Para concluir, uma introdução dos significados da governamentalidade significa reiterar que a nova governamentalidade (liberal) compreende o surgimento de novas formas de racionalidade sobre o exercício de governo (no nível do Estado e no nível do eu) nas sociedades ocidentais organizadas em torno de modalidades interligadas de poder: o poder pastoral do Estado (soberania), o surgimento do poder disciplinar e o poder sobre a vida (biopoder), que é limitado com a crítica (o poder da liberdade) e, ao mesmo tempo, a racionalidade do governo (liberalismo). O jogo dessas modalidades de poder, por sua vez, é internalizado pelos sujeitos na forma do governo do eu. A governamentalidade, no seu sentido geral, representa a atividade do governo que racionaliza sua existência através do conhecimento de ciências integrais do Estado e através das formas de poder soberano modificadas no decurso da história e delegadas a uma variedade de instituições e mecanismos. Em seus dois sentidos, a governamentalidade enfatiza a interdependência entre as práticas governamentais e as mentalidades de governo que racionalizem e com frequência perpetuem práticas existentes de *conduta da conduta*. Segundo Dean (1999), governamos a nós mesmos e aos outros exercendo nosso pensamento sobre “o que consideramos verdadeiro”. Noutras palavras, governamos de acordo com o que consideramos ser as verdades sobre nossa existência. Consequentemente, as formas como governamos dão origem à produção da verdade sobre a sociedade, a educação, o emprego, a inflação, os impostos, os negócios, etc. Na literatura sobre a governamentalidade, tais práticas organizadas, através das quais as pessoas são governadas e através das quais elas governam outras, são definidas como *regimes de práticas* ou *regimes de governo*, que envolvem práticas de produção de conhecimento e de verdade através de várias formas de racionalidade prática e de cálculo. Usar

a governamentalidade como uma ferramenta conceitual implica que a racionalidade do governmentamento - seja ela relativa à produção da verdade ou à criação da realidade (na qual o exercício do poder é considerado racional) - possa ser investigada e tematizada.

Percepções de Governamentalidade nos Estudos das Políticas Educacionais

Até os anos 1990, havia poucos estudos (sobre políticas) que trabalhassem com o conceito de governamentalidade. Isto ocorria, em parte, porque os dogmas metodológicos que o pós-estruturalismo oferece, contestam a possibilidade de uma análise objetiva do contexto social, ou seja, os próprios fundamentos da pesquisa social positivista. Ainda assim, o número crescente de recentes estudos das políticas pós-estruturalistas de Ball (2006), Edwards (2003), Fairclough (2000) Olssen (2006), Peters (2004), Simons (2006) and Tikly (2003) – com seu enfoque na língua, poder, discurso e localidade – demonstra a poderosa força explanatória do pós-estruturalismo em geral e da governamentalidade em particular. Embora os estudos das políticas pós-estruturalistas sejam altamente diversificados em sua problemática, quanto a isso há uma grande semelhança. Todos tentam apreender a complexa “genealogia do presente” (Foucault, 1991; Dean, 1999), numa tentativa de compreender como esta forma do presente chegou a formar-se e que condições foram responsáveis pelos *regimes de verdade* priorizados entre outras verdades concorrentes.

O Contexto Anglo-Americano

Na virada do século, é inegável a crescente influência dos trabalhos de Foucault sobre a pesquisa educacional. Os estudos de Ball (1990), Marshall (1989), Peters e Wain (2002), Edwards (2002), Tikly (2003), Andersson e Fejes (2005), Masschelein et al. (2007) e Simons (2006; 2007) são alguns dos exemplos inspirados no conceito de governamentalidade na área da pesquisa sobre educação e da Sociologia Política. Entre os estudos existentes que se baseiam noutros conceitos foucaultianos – poder, conhecimento, discurso, subjetividade, tecnologias do eu, normalização e genealogia – estão trabalhos de Ball (1990; 1994), Codd (1998), Fairclough (2000), Olssen (2006), Peters (2001a; 2001b; 2003), Peters e Humes (2003), Walkerdine (1986) e outros. Há um extenso relato e outra discussão sobre a influência de Foucault na pesquisa educacional em Popkewitz e Brennan (1998), Ball (1990), Peters e Burbules (2004), Marshall (1998) e Masschelein et al. (2007), cuja discussão vai além do escopo deste ensaio. Em vez disso, a princípio recorrerei aos estudos selecionados de Ball (1990, 1994, 2006), Trowler (1998), Edwards (2002), Peters (2000; 2001; 2003;

2004), Christie e Sidhu (2006), Pongratz (2006) e Simons (2006; 2007), que, ao se concentrarem nas práticas e nos discursos gerados no nível nacional e/ou transnacional, trazem novas e importantes dimensões e esclarecimentos sobre o processo de produção de políticas como tecnologias de governamento. Além disso, essa erudição indica claramente uma nova área dos estudos da governamentalidade que analisa como os discursos e as práticas das políticas educacionais no nível do Estado são internalizadas e inscritas no âmbito do eu. Durante a discussão, darei uma atenção maior aos estudos que apreendem o comportamento ou, se preferirmos, a *conduta da conduta* dos Estados-nações, em resposta aos modos externos de poder tais como as estratégias pangovernamentais, contestações colocadas pela globalização econômica ou pelos discursos globais da sociedade da aprendizagem, performatividade, competências, etc.

É enorme a contribuição de Ball aos estudos das políticas e à compreensão da erudição de Foucault. Partindo de seus estudos sobre gerência educacional em 1990, que demonstra claramente a influência de Foucault, Ball prossegue com uma conceituação teórica muito citada de *política como texto e como discurso*. O impacto do conceito de governamentalidade pode ser remontada à origem da definição que Ball (1994) tem das políticas educacionais neoliberais como discurso justificado através de *regimes de verdade* já estabelecidos, tais como *marketização*, performatividade e padronizações. Além disso, é através desses regimes que as pessoas exercem o poder e governam a si mesmas e aos outros (Ball, 1994, p. 22). Recorrendo a Ball, Trowler sugere que o discurso não apenas representa e ajuda a criar a realidade, mas também dissimula a natureza construída da realidade social, de modo a negar outras alternativas possíveis. Ele argumenta que:

Os elaboradores de políticas podem, assim, restringir, e realmente restringem, o modo como pensamos sobre a educação em geral e sobre as políticas educacionais específicas, particularmente através da linguagem em que tais políticas são moldadas. O uso de repertórios discursivos tirados das áreas do comércio, *marketing* e finanças é uma das formas pelas quais isso é feito. Franquias, acúmulo de crédito, resultados da aprendizagem, ter habilidades e competências, o exame das habilidades e coisas desse tipo podem se tornar parte do discurso cotidiano e começam a articular a forma de as pessoas pensarem sobre educação. Talvez mais importante: trabalham para excluir outras maneiras possíveis de conceituar a natureza da educação (Trowler, 1998, p. 132-133).

A citação acima sugere que os discursos políticos e das políticas das sociedades modernas, além de ocultarem a possibilidade de reação e de crítica, buscam construir indivíduos maleáveis e fáceis de governar. Hindess (2000) estende essa idéia até a democracia, alegando que os discursos sobre a democracia são apenas outro meio de disciplinar e normalizar indivíduos e “torná-los sujeitos complacentes do Estado liberal democrático” (Hindess, 2000 apud Dryzek, 2002, p. 17). Concentrando-se na linguagem, no poder e no discurso, os

trabalhos de Fairclough valem a pena ser mencionados. Embora não se concentrem nas políticas educacionais, tais estudos propiciam um enquadramento teórico avançado para a análise crítica do discurso (cf. a análise foucaultiana do discurso), para uma exposição das táticas discursivas utilizadas pelas elites do poder, ao conquistarem o controle sobre a percepção pública. Tais táticas abrangem a – mas não se limitam à – manipulação calculada da língua e ao trabalho dos *doutores spin*², que juntos com o objetivos da política do *New Labour* são alvos da aguçada crítica de Fairclough.

Em um filão semelhante, a abordagem de Ball faz uma crítica à virada neoliberal nas políticas educacionais; segundo ele, o efeito das políticas é primordialmente discursivo, uma vez que muda e desconstrói as possibilidades do pensamento diferente, limitando, dessa forma, nossas respostas à mudança (Ball, 1994, p. 23).

Entretanto, Foucault vê uma oportunidade para opor-se à estratégia dentro de qualquer formação discursiva:

O problema político essencial para o intelectual não é o da crítica do conteúdo ideológico [...] mas do saber que é possível constituir uma nova política de verdade. O problema não é o da mudança da *conscientização* das pessoas nem do que há em suas cabeças, mas do regime político, econômico e institucional da produção de verdades (Foucault, 1979, p. 47)

Levando em conta essa alegação, Peters (2000; 2001) liga a noção foucaultiana de governamentalidade ao paradigma neoliberal das políticas educacionais, levantando questões de gerencialismo e governo do eu na educação, na cultura empresarial e no empresariamento do eu. Entretanto, Peters alega que o terreno mais fértil da pesquisa foucaultiana provou ser o das ligações entre as genealogias do eu e a governamentalidade, na produção do “contar a verdade como prática educacional do eu” (Peters, 2003; 2004). Edwards (2003), por sua vez, trabalha com o mecanismo panóptico e a governamentalidade foucaultiana e aplica essa ferramenta à análise das iniciativas de políticas contemporâneas destinadas às jovens da classe trabalhadora na Austrália. O estudo de Christie e Sidhu (2006), levado a cabo no mesmo contexto nacional, discute os regimes de práticas do governo australiano em relação aos asilos para crianças. Os autores questionam as tecnologias governamentais, as quais negligenciam as crianças e tornam os seus direitos invisíveis num Estado democrático. Christie e Sidhu advertem-nos para a tendência de tais práticas, por vezes repressivas, tornarem-se normalizadas e justificáveis aos olhos dos cidadãos comuns.

O Contexto da União Européia

O foco dos estudos a seguir é a construção dos discursos das políticas educacionais em diferentes Estados membros da União Europeia (UE) e, em

particular, na Suécia, Alemanha e Bélgica. A ascensão dos estudos da governamentalidade na Europa continental pode ser atribuída aos processos de governamentalização da Europa (Nóvoa; Lawn, 2002) e vista como respostas dos Estados membros aos mecanismos do poder suave da eurogovernamentalidade. Assim, por exemplo, o estudo de Andersson e Fejes (2005) centraliza-se na construção de um adulto aprendiz, como sujeito das políticas educacionais suecas. Recorrendo à governamentalidade e à genealogia foucaultianas, os autores traçam a mudança nos discursos quanto às políticas de avaliação nos últimos cinquenta anos: de conhecimento geral e de experiências *para* competências e para desempenho a serem avaliados. A pesquisa de Pongratz analisa os discursos que acompanham a emergência das *audit cultures* na educação e um intenso debate político que se deu na Alemanha, em relação aos resultados do estudo internacional comparativo denominado PISA. A análise mostra que as *audit cultures* tornam-se um estímulo e uma forma de normalização, através da qual técnicas de dominação política são internalizadas pelos profissionais em tecnologias do eu, nas formas de autocontrole voluntário (Pongratz, 2006).

A recente coleção de estudos denominada *The Learning Society from the Perspective of Governmentality* (Masschelein et al., 2007) reúne conhecimentos europeus e anglo-americanos sobre o conceito de sociedade da aprendizagem que é propagado nos documentos das políticas nacionais e defendido por agências de políticas mundiais. É demonstrado como o discurso que abrange a *sociedade da aprendizagem* é também traduzido como *aprendizagem ao longo da vida, espaço para a educação avançada europeia, performatividade* e outras expressões relacionadas. Os estudos apresentados naquele volume mostram novas abordagens das questões de governança e de governamentalidade, apresentando idéias e programas educacionais como elementos de governo e de governo do eu, em consonância com *jogos de verdade* específicos. Desenredando regimes de verdade contemporâneos e propiciando análise multidimensional do conceito de sociedade da aprendizagem, aqueles estudos concentram-se na ligação entre o poder político exercido em nossas sociedades e as idéias e as práticas educacionais que desempenham um papel constitutivo no processo de subjetificação (isso é, criando sujeitos governáveis). Essa coleção é leitura obrigatória para cada pesquisador que quiser compreender o jogo entre o poder sobre o conhecimento, o poder político e o poder sobre a vida, nas democracias liberais avançadas.

Dois estudos de Simons (2006; 2007) requerem comentários especiais na medida em que revitalizam e modificam os termos foucaultianos de um modo novo e que estimula o nosso entendimento. No primeiro ensaio, Simons usa a noção foucaultiana de *biopolítica* para mapear o *Espaço europeu para a Educação Avançada* como infra-estrutura do empresariado ou uma área do “constante tribunal econômico”, por meio da qual o econômico invade diferentes aspectos do social rompendo as distinções entre eles. O estudo mostra que durante o surgimento do regime de terror econômico, o estímulo à aprendiza-

gem como investimento pode ser transformado em mecanismo que pode deixar morrer ou mesmo fazer morrer (Simons, 2006). O outro estudo introduz os conceitos de *eurogovernamentalidade* e poder sinóptico, para examinar o papel de mudança dos Estados membros da UE na construção das políticas educacionais. A eurogovernamentalidade possibilita a análise de novos modos de *governamentalização* e de conduta da conduta tanto no nível da UE quanto nos Estados membros. Poder sinóptico (ver Foucault, 1991) significa os arranjos de poder quando as maiorias (elaboradores de políticas, Estados membros, etc.) assistem às minorias (profissionais, escolas, Estados membros de desempenho ótimo, etc.) e as observam, e a conduta da conduta toma a forma de *feedback do desempenho*. Noutras palavras, as estratégias de *eurogovernamentalidade* garantem o desempenho ótimo de todos e de cada um e têm efeito sobre a “necessidade de *feedback*” e sobre a “vontade de aprender” dos atores envolvidos (Simons, 2007).

Limitações dos Estudos da Governamentalidade

Junto com as vantagens dos estudos da governamentalidade, há neles, no entanto, algumas sérias limitações. Garland, por exemplo, levanta críticas à linguagem usada na análise da governamentalidade, onde alguns dos conceitos são neologismos – por exemplo: *governamentalidade*, *biopoder* – outros são termos históricos – por exemplo: *polícia*, *raison d’Etat* – e outros, ainda, são termos convencionais com sentidos um tanto não convencionais - por exemplo: liberalismo, segurança. Essa confusão terminológica está presente na discussão que Foucault faz do liberalismo ao descrever o presente, que leva a um elo incerto entre o Estado liberal, o *welfare*/bem-estar e o Estado neoliberal, uma vez que parte dos escritores da governamentalidade contrapõe liberal a *welfare*/bem-estar, enquanto outros enfatizam que o liberalismo é característica do *welfare state*/Estado de Bem-estar³. Preocupações semelhantes são levantadas acerca das distinções entre o Estado governamentalizado e o intervencionista; entre o governamental e o político; entre o estatal e o não-estatal nos estudos da governamentalidade (Garland, 1999, p. 26-38). Vejo deficiências na governamentalidade como conceito devido ao fato de que tudo poder ser potencialmente reunido sob sua bandeira, uma vez que é difícil delinear algum processo da sociedade ou do eu que não seja influenciado pela ‘conduta da conduta’, seja liberal ou autoritário (Dean, 1999, p. 10-16; Foucault, 1994, p. 220-221; Gordon, 1991, p. 2). Stenson também se ocupa com a ambiguidade de categorias dos estudos da governamentalidade. Ele sustenta, por exemplo, que é *desnorteador* separar as tecnologias da governamentalidade da disciplina e da soberania, pois “não são entidades equivalentes”. Muito pelo contrário, é mais produtivo perceber a “governamentalidade como enquadramento geral de governança, no qual a disciplina e o controle soberano do território operam simultaneamente” (Stenson, 1999, p. 54).

Em outra nota, Garland aborda a natureza incompleta das genealogias foucaultianas das mentalidades de governo, que, no seu entendimento, não apreendem as práticas atuais de governo, em contraste com outras genealogias foucaultianas: da prisão, dos asilos ou da sexualidade, por exemplo. Segundo Hindess (1997, apud Larner; Walters, 2004), a analítica da governamentalidade redigida no período pós-foucaultiano não faz a devida distinção entre o governamental e o político, seguindo a tendência de Foucault de evitar o aspecto *ideológico* do governo para, em vez disso, concentrar-se nas práticas (baseadas na técnica e no conhecimento) que moldam diretamente a subjetividade. Outra limitação da governamentalidade, segundo Kerr (1999), é que ela tenta explicar os processos políticos sem identificar os atores políticos. O'Malley critica a subestimação e a falta de representação dos relatos das políticas destinadas ao cidadão comum/não-elite na pesquisa da governamentalidade (O'Malley, 1996, p. 310-326; Stenson, 1999, p. 57). Eu devo ter ciência disso e levar isso em conta em minha pesquisa sobre a elaboração de políticas educacionais na Ucrânia pós-comunista, onde as políticas destinadas ao cidadão comum (gradual, mas crescentemente) influenciam a percepção pública acerca dos discursos governamentais.

Aplicação da Governamentalidade aos Estados Não-Occidentais (Pós-Coloniais e Pós-Comunistas)

Até aqui, a discussão sobre as aplicações da governamentalidade ocuparam-se principalmente dos Estados liberais e neoliberais anglo-americanos e da Europa Ocidental. Entretanto, as sugestões iniciais de Dean (1999, p. 131-148) acerca da não-liberalidade da governamentalidade liberal e da governamentalidade autoritária - embora tenham encontrado acolhimento nas Ciências Sociais⁴ - só agora estão começando a ter seu lugar nos estudos acerca das políticas educacionais. Antes de partir para uma discussão conclusiva sobre a governamentalidade não-liberal, peço licença para apresentar um breve relato dos três principais pontos levantados por Dean, em relação às semelhanças entre as formas liberais e as não-liberais de poder, importantes para o argumento desenvolvido neste ensaio.

Em primeiro lugar, há continuidades marcantes entre a governamentalidade autoritária e a forma liberal ou social de governo, pois a governamentalidade não-liberal, assim como a liberal, é construída a partir de elementos de soberania e de biopoder. Além disso, a governamentalidade autoritária pode ser localizada ao longo da trajetória da governamentalização do Estado; contudo, a construção dos sujeitos sob uma forma autoritária de governo não significa necessariamente os atributos da liberdade responsável nem a possibilidade de crítica, mas se baseia na completa obediência do sujeito às formas de autoridade que lhe são impostas.

Em segundo lugar, o não-liberalismo do governo liberal está enraizado nas práticas que dividem a população em certos grupos e, assim, excluem algumas categorias da população do *status* de indivíduos autônomos, racionais e livres. Nesse exemplo, o governo liberal é consistente com a política da exclusão do governo autoritário.

Em terceiro lugar, o imperativo biopolítico destinado ao aperfeiçoamento da população, através de vários programas - desde a eugenia ao extermínio justificado de certos grupos ou nacionalidades -, indica a ameaça oculta do biopoder não constrangido por quaisquer outras formas de poder ou crítica. Foucault (1979, p. 136-137) refere-se a esse lado obscuro do biopoder como a nova e mais sofisticada máquina assassina do século XX. Seguindo esta linha de argumento, Dean admite que:

É verdade que talvez muitos de nossos piores pesadelos venham a se realizar quando esses elementos de soberania e governo biopolítico são articulados de modo um pouco diferente da forma como eles se articulam no liberalismo [...]. [Além disso,] as continuidades entre a governamentalidade autoritária e a liberal, junto com a recuperação dos componentes não-liberais do liberalismo, lembram-nos dos perigos de não levar em conta a compreensão do eu do liberalismo como um governo limitado, que age através do conhecimento dos processos da vida, mas que, mesmo assim e ao mesmo tempo, salvaguardam os direitos do sujeito político e jurídico (Dean, 1999, p. 145-146).

Nos estudos sobre as políticas educacionais, há uma clara lacuna no que concerne à aplicação da governamentalidade a um contexto não ocidental; a rara exceção é o trabalho de Tikly (2003), que se ocupa ativamente com esse conceito na análise que o autor faz das políticas educacionais pós-*apartheid* na África do Sul. A explicação parcial para essa percepção desigual da governamentalidade, num contexto não-ocidental, pode ser dada pelo fato de que os pesquisadores locais dos países pós-coloniais e pós-comunistas estavam isolados da tradição teórica ocidental por algumas décadas, e de que eles interagiriam mais ansiosamente com as tradições teóricas positivistas ou críticas - cujos resultados podem ser generalizados e usados para recomendações de políticas—, do que com os conceitos pós-estruturalistas, tidos como incertos e vagos. Os pesquisadores ocidentais, por sua vez, embora com algum interesse nos desenvolvimentos pós-coloniais e pós-comunistas, tendem a concentrar-se nas transformações em seus próprios países, precipitadas por agentes de políticas transnacionais como a UE, o Banco Mundial etc.

Tikly, sendo exceção rara, mas necessária dessa tendência, alega que a abordagem da governamentalidade é benéfica para a explicação dos discursos das políticas em evolução na região. Em seu estudo, a governamentalidade tem um significado mais específico, uma vez que representa as várias formas como o poder se exerce em certas sociedades, enquanto que as políticas educacionais são definidas como formas de programas políticos, que usam as tecnologias de governo e são consistentes com a racionalidade de governo vigente

(Tikly, 2003). Em uma vertente semelhante, a pesquisa em andamento sobre a elaboração de políticas educacionais na Ucrânia pós-comunista recorre à abordagem da governamentalidade numa tentativa de desenredar o processo de formação de políticas educacionais no nível médio, no âmbito do Estado.

Uma breve apresentação sobre a Ucrânia é importante aqui, a fim de que se compreenda como as particularidades desse país podem desafiar as aplicações do conceito de governamentalidade.

Apresentação da Ucrânia Pós-Comunista aos Estudos da Governamentalidade

A Ucrânia é um extenso e diversificado país pós-comunista, com fortes divisões regionais, linguísticas, sociais e religiosas, cujas causas têm profundas raízes na história desta “nação surpreendente” (Wilson, 2000), que não se constituiu como um Estado até a dissolução da União Soviética, em 1991. Entretanto, segundo Krawchenko, a mais proeminente divisão social da Ucrânia não é de natureza étnica, mas sim rural-urbana (Krawchenko, 1993). O nome Ucrânia deriva da expressão *região fronteira*, que de fato reflete boa parte da história do país: este território tem sido a fronteira onde as estepes geograficamente abertas e a floresta protetora se encontram; culturalmente, é o ponto de interseção entre o catolicismo romano, a ortodoxia oriental e o islã; politicamente, esta terra foi a fronteira entre o Império Russo, o Império de Habsburg e o Canato da Crimeia e, mais tarde, entre a União Soviética e seus Estados satélites, e hoje entre dois megapoderes, a Rússia e a União Européia (Yekelchik, 2007, p. 4). Tais múltiplas influências contemporâneas e históricas evitaram, por um lado, que a Ucrânia política pós-comunista retornasse ao autoritarismo (Way, 2005); mas, por outro lado, atrelada ao fraco compromisso da nova (mas na verdade *velha*) liderança no sentido das reformas políticas, sociais e econômicas, levaram a enormes disparidades entre as declarações/discursos das políticas com conotações e práticas democráticas distintas, que permaneceram quase intocáveis desde os tempos soviéticos. Os legados soviéticos abrangem a elaboração difusa de políticas estatais de múltiplos níveis, o que não é impedido pela consulta pública, mas se caracteriza pela duplicação da autoridade, pela qual vários ramos do governo produzem um grande número de documentos de políticas quase-legislativas; tais políticas são mal coordenadas e sua implementação é mal monitorada (Sundakov, 2001, p. 10). Kuzio sintetiza essa prática comum como “Estados da CIS [Commonwealth of Independent States⁵] - a Ucrânia incluída - [que] têm uma propensão a traçar extensos documentos que são então ignorados ou apenas parcialmente preenchidos. Tais documentos têm mais semelhança a cartas de intenção do que obrigações contratuais” (Kuzio, 2004, p. 18). O processo das políticas públicas não é pilotado nem monitorado, mas há um controle sobre tal processo. Entretanto, os

objetivos de tal controle são de testar os procedimentos das políticas, não seus resultados. Daí a *administração caótica* do processo de elaboração de políticas na Ucrânia, dominada por uma abordagem no estilo *bombeiro*, isso é, o foco do governo centra-se nos problemas imediatos, com pouca capacidade para a elaboração de políticas sustentáveis (Krawchenko, 1997, p. 12).

Os resultados de meu estudo inicial de Doutorado em Filosofia sobre a elaboração de políticas educacionais na Ucrânia, baseados na análise do discurso foucaultiano, revelaram uma quantidade de diferentes formas de os elaboradores das políticas ucranianas usarem “políticas viajantes” globais (Alexiadou; Jones, 2001), a fim de preencherem o *vazio* dos discursos pós-comunistas com uma retórica democrática externa. O discurso oficial da europeização, mantido pelo governo ucraniano, tornou o Estado extremamente receptivo à ajuda e aos conselhos vindos do exterior; enquanto isso, no nível nacional, o forte centralismo e o monopólio do Estado nos processos de elaboração das políticas têm permanecido quase intocáveis desde a era soviética ou pré-soviética. O governo nacional mostra seu caráter de duas facetas: enquanto no nível transnacional ele se torna agente receptivo de influência externa e transmissor dessa influência, no nível nacional ele intensifica seu controle central sobre a educação. Essas fortes influências externas e os persistentes legados, bem como as disparidades entre o discurso e a prática, fazem da elaboração de políticas educacionais ucranianas um caso muito interessante para analisar a partir dos estudos da governamentalidade.

Comentários Finais: superando as limitações conceituais e metodológicas

A aplicação do conceito de governamentalidade a um contexto pós-comunista pode, no entanto, ser limitada por diversos motivos maiores. O primeiro — e mais importante — é o de que o conceito de Foucault foi originalmente desenvolvido e utilizado para os Estados liberais, o que não é o caso dos países pós-coloniais e/ou pós-comunistas. Foucault questiona até mesmo a existência da governamentalidade socialista:

Existe uma governamentalidade socialista adequada? Que governamentalidade é possível enquanto governamentalidade estrita, intrínseca e autonomamente socialista? De qualquer forma, [...] se há uma governamentalidade socialista real, ela não está oculta no socialismo e seus textos. Não pode ser deduzida daí. Precisa ser inventada! (Foucault, 1981, p. 95 apud Foucault, 2007, p. 371).

Para superar tais limitações metodológicas e categóricas, Tikly (2003, p. 163-166) desenvolve os conceitos de governamentalidade não-liberal e governamentalidade em construção.

A governamentalidade não-liberal pode ser definida como uma forma de racionalidade de governo que reforça a divisão entre os governantes e os governados e a dominação de um grupo sobre outro, baseada – no caso da África do Sul – na simbólica do sangue (elemento da soberania monárquica). Essa racionalidade é internalizada pelos cidadãos e leva ao surgimento do racismo biopolítico.

As práticas do racismo estatal, entretanto, nem sempre usam a linguagem da raça. No caso de um país comunista, as massas foram mobilizadas em nome da classe e a divisão baseou-se na simbólica da participação partidária e a fabricação de uma forma particular de história - por exemplo: a liberdade da classe trabalhadora, a igualdade para todo o povo soviético, a construção do futuro comunista, a adoção das leis da dialética e do marxismo-leninismo -; uma história que, ao fim e ao cabo, justifica tanto o *status quo* da intolerância política quanto à vigilância totalizadora via os aparatos de segurança.

O conceito de governamentalidade em construção apreende a forma de racionalidade política (na sucessão da mudança social e política), em que o espaço discursivo assumiu conotações liberais, enquanto que as práticas e os legados do regime anterior ainda persistem no nível governamental e no nível do eu. Como coloca Tikly (2003, p. 166), a “governamentalidade em construção” consiste em elementos complexos e frequentemente contraditórios “que implicam tanto a continuidade quanto a descontinuidade do que havia antes”. Penso que esse conceito de governamentalidade em construção será aplicável ao estudo da Ucrânia pós-comunista.

Outra possível limitação da teoria da governamentalidade é a de que o conceito de políticas restringe-se a uma definição de programas governamentais e/ou tecnologias governamentais, deixando as dimensões de políticas enquanto discurso e políticas enquanto processo subconceptualizadas. Entretanto, isso será levado em conta, pelo fato de meu estudo de Doutorado em Filosofia situar-se em uma concepção pós-estruturalista, com sua visão de política como texto, ação e discurso. Utilizarei, portanto, a governamentalidade como ferramenta conceitual em conjunção com noções pós-estruturais mais gerais de *políticas enquanto discurso e políticas enquanto processo*. Finalmente, estou ciente do generoso convite de Foucault para usar e adaptar seus conceitos em determinados contextos empíricos, ao invés de tratá-los em um enquadramento teórico fechado.

Resumindo, a governamentalidade como ferramenta conceitual inaugura uma nova área de pesquisa, que não é nem histórica, nem sociológica *per se*, pois não busca as respostas para o que ocorreu nem o porquê. Em vez disso, operacionalizar a governamentalidade é:

Adotar um ponto de vista particular que coloca certas questões em foco: que a dimensão de nossa história composta pela intervenção, contestação, operacionalização e transformação de esquemas, programas, técnicas e dispositivos mais ou menos racionalizados buscam tanto moldar a conduta quanto atingir determinados objetivos (Rose, 1999, p. 20).

A governamentalidade ajuda-nos a fazer as perguntas sobre como o ser foi “transformado em formas ponderáveis e maleáveis” (Rose, 1999, p. 20), quais técnicas discursivas estão envolvidas com a criação da realidade e como são estabelecidas as operações modernas de poder-saber. É exatamente isso que pretendo alcançar em meu estudo da Ucrânia pós-comunista.

Recebido em abril de 2009 e aprovado em maio de 2009.

Notas

¹ N.R.: Esta tradução adota a palavra governo no sentido de “Governo do Estado (em geral grafado com G maiúsculo), isso é, essa instituição do Estado que centraliza ou toma, para si, a caução da ação de governar” (Veiga-Neto, 2002, p.19). A palavra governamento é usada “nos casos em que estiver sendo tratada a questão da ação ou ato de governar” (Veiga-Neto, 2002, p. 19), isso é, nos casos em que se trata de “dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes” (Foucault, 1995, p. 244). Nos raros casos ambíguos e/ou ambivalentes, usa-se governo/governamento.

² Na mídia, o spin doctor é aquele profissional que serve a uma empresa ou facção política para gerar “torções na verdade”. Daí o nome doutor spin.

³ Estado cujo governo, teoricamente, proporciona o bem-estar de seus cidadãos, por meio de leis sociais.

⁴ Veja Blake, 1999; Kalpagam, 2000; Sigley, 2006; Trankell; Ovesen, 2004.

⁵ “Comunidade dos Estados Independentes”.

Referências

ALEXIADOU, N.; JONES, K. Travelling Policy/Local Spaces. In: CONGRÈS MARX INTERNATIONAL III: LE CAPITAL ET L'HUMANITÉ, September 2001, Paris. Université de Paris-X Nanterre-Sorbonne.

ANDERSSON, P.; FEJES, A. Recognition of prior learning as a technique for fabricating the adult learner: a genealogical analysis on Swedish adult education policy. **Journal of Education Policy**, London, vol. 20, n. 5, p. 595-613, 2005.

BALL, S. J. (Org.). **Foucault and Education**. London: Routledge, 1990.

BALL, S. J. **Education Reform: A Critical and Post-structural Approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S. J. **Education Policy and Social Class: The Selected Works of Stephen J. Ball**. London and New York: Routledge, 2006.

BLAKE, L. A. Pastoral power, governmentality and cultures of order in nineteenth-century British Columbia. **Transactions of the Institute of British Geographers**. Londres, v. 24, n. 1, p. 79-93, 1999.

- BURCHELL, G.; GORDON, C. and MILLER, P (Org.). **The Foucault Effect: Studies in Governmentality**. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1991.
- CHRISTIE, P. and SIDHU, R. Governmentality and 'fearless speech': framing the education of asylum seeker and refugee children in Australia. **Oxford Review of Education**, Oxford, Inglaterra: Routledge, v. 32, n. 4, p. 449-465, 2006.
- DEAN, M. **Governmentality: Power and Rule in Modern Society**. London: Sage, 1999.
- DRYZEK, J.; HOLMES, L. **Post-communist democratization: political discourses across thirteen countries**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- EDWARDS, J. The policy panoptic of 'mutual obligations'. **Journal of Educational Enquiry**. Austrália: University of South Australia, v. 4, n. 1, p. 97-116, 2003.
- EDWARDS, R. Mobilizing lifelong learning: governmentality in educational practices. **Journal of Education Policy**. London, v. 17, n. 3, p. 353-365, 2002.
- FAIRCLOUGH, N. **New Labour, New Language?** London: Routledge, 2000.
- FOUCAULT M. Truth and Power: Power and the Norm. In: MORRIS, M.; PATTON, P. (Org.). **Michel Foucault: Power, Truth, Strategy**. Sydney: Feral Publications, 1979. P. 29-48.
- FOUCAULT M. Governmentality. In: BURCELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Org.). **The Foucault Effect: Studies in Governmentality**. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1991. P. 87-104.
- FOUCAULT M. The Subject and Power. In: FAUBION, J. (Org.) **Michel Foucault: Power Essential Works of Michel Foucault**. London: Penguin, v. 3, 1954-1994.
- FOUCAULT M. **Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977- 1978**. Trans. G. Burchell. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- GARLAND, D. 'Governmentality' and the problem of crime. In: SMANDYCH, R. (Org.). **Governable Places: Readings on governmentality and crime control**. Aldershot: Ashgate, 1999, p. 15-45.
- GORDON, C. Governmental rationality: an introduction. In: BURCHELL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. (Org.). **The Foucault Effect: Studies in Governmentality**. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1991.
- HINDESS, B. Divide and govern: governmental aspects of the modern states system. In: ERICSON, R.; STEHR, N.(Org.). **Governing Modern Societies**. Toronto: University of Toronto Press, 2000.
- KALPAGAM, U. Colonial governmentality and the economy. **Economy and Society**, London: Routledge, v. 29, n. 3, p. 418-438, 2000.
- KERR, D. Beheading the king and enthroning the market: A critique of Foucauldian governmentality. **Science and Society**. New York: Guilford Press, v. 63, n. 2, p. 173-203, 1999.
- KRAWCHENKO, B. Ukraine: The Politics of Independence. In: BREMMER, I.; RAY, T.(Org.). **Nations and Politics in the Soviet Successor States**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, p. 75-98.
- KRAWCHENKO, B. **Administrative Reform in Ukraine: Setting the Agenda**. Discussion Paper, No. 3, Budapest: Local Government and Public Service Reform Initiative, 1997.

- KUZIO, T. **Contemporary Ukraine**. Dynamics of Post-Soviet Transformation. M.E. Sharpe, 1998.
- LARNER, W. Neo-liberalism: Policy, Ideology, Governmentality. **Studies in Political Economy**, n. 63, p. 5-26, 2000. Disponível em: <[www.ggy.bris.ac.uk/staff/information/SPE%20\(2000\).pdf](http://www.ggy.bris.ac.uk/staff/information/SPE%20(2000).pdf)> Acesso em 30 ago. 2006.
- LARNER, W.; WALTERS, W. (Org.). **Global Governmentality: New Perspectives on International Rule**. London and New York: Routledge, 2004.
- LEMKE, T. **Foucault, governmentality and critique**. Paper presented at the Rethinking Marxism Conference, University of Amherst MA, 21-24 September 2000. Disponível em: <www.thomaslemkeweb.de/publikationen/Foucault,%20Governmentality,%20and%20Critique%20IV-2.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2007.
- LEMKE, T. The birth of bio-politics: Michael Foucault's lectures at the Collège de France on neo-liberal governmentality. **Economy and Society**, London: Routledge, v. 30, n. 2, p. 190-207, 2001.
- MARSHALL, J. D. Foucault and education. **Australian Journal of Education**. Austrália: Australian Council for Educational Research, v. 33, n. 2, 97-111, 1989.
- MARSHALL, J. D. **Foucault and neo-liberalism: biopower and busno-power**. Philosophy of Education Yearbook, 1995. Disponível em <http://www.ed.uiuc.edu/EPS/PESYearbook/95_docs/marshall.html>. Acesso em: 31 ago 2007.
- MARSHALL, J. D. Michel Foucault: philosophy, education, and freedom as an exercise upon the self. In: PETERS, A. M. (Org.). **Naming the Multiple: Poststructuralism and Education**. Westport CT and London: Bergin and Garvey, 1998.
- MARSTON, G. Fashion, fiction, fertile inquiry? Struggling with the postmodern challenge and social policy analysis. In: EARDLEY, T.; BRADBURY, B. (Org.) **Competing Visions: Refereed Proceedings of the National Policy Conference 2001**, SPRC Report 1/02. Sydney: Social Policy Research Centre, University of New South Wales, p. 298-316, 2002. Disponível em <www.sprc.unsw.edu.au/nspc2001/NSPC%202001Papers/Marston.pdf>. Acesso em: 31 ago 2007.
- MASSCHELEIN, J. Experience and the Limits of Governmentality. **Educational Philosophy and Theory**, Oxford: Blackwell, v. 38, n. 4, p. 561-57, 2006.
- MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M.; BRÖCKLING, U.; PONGRAZ, L. (Org.) The Learning Society from the Perspective of Governmentality. **Educational Philosophy and Theory**, Special Issue. Oxford: Blackwell, 2007.
- NÓVOA, A.; LAWN, M. (Org.) **Fabricating Europe: The Formation of an Education Space**. Dordrecht: Kluwer, 2002.
- O'MALEY, P. Indigenous governance. **Economy and Society**, London: Routledge, v. 25, n. 3, p. 310-326, 1996.
- OLSSON, M. **Michel Foucault: Materialism and Education**. Westport CT and London: Bergin and Garvey, 2006.
- PETERS, M. A. Foucault and governmentality: understanding the neoliberal paradigm of education policy. **The School Field**, v. 12, n. 5-6, p. 61-72, 2001a.
- PETERS, M. A. Education, enterprise culture and the entrepreneurial self: a Foucauldian perspective. **Journal of Educational Enquiry**. Austrália: University of South Australia, v. 2, n. 2, p. 58-71, 2001b.

- PETERS, M. A. Truth-telling as an educational practice of the self: Foucault, parrhesia and the ethics of subjectivity. **Oxford Review of Education**. Oxford (England):Routledge v. 29, n, 2, p. 207-223, 2003.
- PETERS, M. A; WAIN, K. Postmodernism/poststructuralism. In: BLAKE, N.; SMEYERS, P.; SMITH, R.;STANDISH, P. (Org.) **The Blackwell Guide to the Philosophy of Education**. Oxford: Blackwell, 2002.
- PETERS, M. A; BURBULES, N. **Poststructuralism and educational research**. Lanham MD and Oxford: Rowman and Littlefield, 2004.
- PETERS, M. A; HUMES, W. (Org.) Poststructuralism and educational research. **Journal of Educational Policy**. Special Issue. London: Routledge, 2003.
- PONGRATZ, L. Voluntary Self-Control: Education reform as a governmental strategy. **Educational Philosophy and Theory**, Oxford: Blackwell v. 38, n. 4, p. 471-482, 2006.
- POPKEWITZ, T.; BRENNAN, M. (Org.) **Foucault's challenge: discourse, knowledge and power in education**. New York: Teachers College Press, 1998.
- ROSE, N. Governing "advanced" liberal democracies. In: BARRY, A.; OSBORNE, T.; Rose, N. (Org.). **Foucault and Political Reason**. London: University College London Press, p 37-64, 1996.
- ROSE, N. **Powers of Freedom: Reframing Political Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SENELLART, M. Course Context. In: FOUCAULT, M. (Org.) **Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France, 1977-1978**. Tradução de: G. Burchell. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan. 2007, p. 369-401.
- SIGLEY, G. Chinese Governmentalities: Government, Governance and the Socialist Market Economy. **Economy and Society**, London: Routledge, v. 35, n. 4, p.487-508, 2006.
- SIMONS, M. Learning as Investment: Notes on governmentality and biopolitics. **Educational Philosophy and Theory**, Oxford: Blackwell v. 38, n. 4, p. 523-540, 2006.
- SIMONS, M. 'To be informed': understanding the role of feedback information for Flemish/European policy. **Journal of Education Policy**. Londres, v. 22, n. 5, p. 531-548, 2007.
- SOYLAND, A. J.; KENDALL, G. Abusing Foucault: Methodology, critique and subversion. **History and Philosophy of Psychology Section Newsletter**, 25. Sydney, p. 9-17, 1997. Disponível em: <eprints.qut.edu.au/archive/00000016/01/abusing-foucault.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2007.
- STENSON, K. Crime control, governmentality and sovereignty. In: SMANDYCH, R. (Org.) **Governable Places: Readings on governmentality and crime control**. Aldershot: Ashgate. Buckingham: Buckinghamshire Chilterns University College, 1999. P. 45-75.
- SUNDAKOV, A. **Public Sector Reforms in Ukraine: On the path of transformation**. Discussion Papers, 18, Local Government and Public Service Reform Initiative, Hungary: Open Society Institute, 2001.
- TIKLY, L. Governmentality and the study of education policy in South Africa. **Journal of Educational Policy**. London: Routledge, v. 39, n. 2, p. 161-174, 2003.
- TRANKELL, I. B.; OVESEN, J. French colonial medicine in Cambodia: reflections of governmentality. **Anthropology and Medicine**. London, v. 11, n. 1, p. 91-105, 2004.

TROWLER, P. **Education Policy: A Policy Sociology Approach**. Gildredge: Social Policy Series, 1998.

WALKERDINE, V. Post-structuralist theory and everyday social practices: The family and the school. In: WILKINSON, S. (Org.) **Feminist Social Psychology**. Milton Keynes: Open University Press, 1986. P. 57-76.

WAY, L. Kuchma's Failed Authoritarianism. **Journal of Democracy**. Baltimore: v. 16, n. 2, p. 131-145, 2005.

WILSON, A. **The Ukrainians: Unexpected Nation**. New Haven and London: Yale University Press, 2000.

YEKELCHYK, S. **Ukraine: Birth of a modern nation**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Referências bibliográficas da Nota do Revisor

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. P. 231-249.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. L., VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. P.13-34.

Olena Fimyar é doutora em Educação pela Faculty of Education, University of Cambridge, Inglaterra.

E-mail: ohf21@cam.ac.uk

Tradução: Ricardo Uebel.

Revisão: Alfredo Veiga-Neto e Karla Saraiva.